



TRIBUTAÇÃO SOBRE A RENDA E O PATRIMÔNIO DE PESSOAS FÍSICAS.

As propostas de mudança no regime de tributação da renda e do patrimônio de pessoas físicas visam à redução da chamada “regressividade tributária”, impondo uma tributação mais onerosa à medida que aumentam o patrimônio ou a renda.

PRINCIPAIS PONTOS DE DISCUSSÃO DO SISTEMA ATUAL.

Isonomia dos dividendos recebidos de pessoas jurídicas

Diferimento na tributação de fundos exclusivos

Eliminação do diferimento na tributação dos lucros de empresas de investimento privado no exterior (“offshores”)

Tributação sobre outros instrumentos financeiros no exterior

Regulamentação de trusts no exterior

Não tributação de determinados tipos de veículos pelo Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)

Falta de progressividade na tributação de heranças

Limitação das alíquotas do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD)

Atualização de valor de imóveis pelo Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU)

Ausência de regulamentação do Imposto sobre Grandes Fortunas (IGF)

O QUE HÁ DE CONCRETO?

Medida Provisória nº 1.171/2023

Aguarda apreciação do Congresso até 27/08/2023

Altera tributação de investimentos no exterior (aplicações financeiras, off-shores e trusts). Alíquota de 0 a 22,5%, aplicável a partir de 2024.

PEC 45

Aprovada pela Câmara dos Deputados e aguardando apreciação do Senado

IPVA: pode ter alíquotas diferenciadas, a depender do tipo, valor, utilização e impacto ambiental do veículo automotor. Imunidade para aeronaves agrícolas, tratores e outros veículos.

IPTU: prefeituras passam a ter mais poderes para atualização da base de cálculo.

ITCMD: progressivo, com alíquota variando de acordo com o valor da transmissão ou da doação realizada. Tributação de heranças do exterior e possível aumento do limite de 8%.

O QUE PODE VIR POR AÍ...

- Come-quotas para fundos de investimento exclusivos. Possível reforma no regime de Fundos de Investimento em Participações (FIP) e Fundos de Investimento Imobiliário (FII).
- Tributação dos dividendos com redução do IRPJ.
- Apreciação de Projetos no Congresso visando a regulamentação do IGF.